



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
CAMPUS DO SERTÃO - SEDE
DELMIRO GOUVEIA
CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA**

WELISON ALVES DA SILVA

**TERRITÓRIO E IDENTIDADE: A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO
QUILOMBOLA E A COMUNIDADE DE REMANESCENTES DE QUILOMBO SÍTIO
ROLAS – PARICONHA – AL**

DELMIRO GOUVEIA – AL

2023

WELISON ALVES DA SILVA

**TERRITÓRIO E IDENTIDADE: A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO
QUILOMBOLA E A COMUNIDADE DE REMANESCENTES DE QUILOMBO SÍTIO
ROLAS – PARICONHA – AL**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
apresentado ao Curso de Geografia
Licenciatura da Universidade Federal de
Alagoas, Campus do Sertão, como requisito
para à obtenção do título de graduado em
Geografia – Licenciatura.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Gama Lima.

DELMIRO GOUVEIA – AL

2023

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

S586t Silva, Welison Alves da

Território e identidade: a Associação de Desenvolvimento Quilombola e a Comunidade de Remanescentes de Quilombo Sítio Rolas – Pariconha - AL / Welison Alves da Silva. - 2023.

65 f. : il.

Orientação: Lucas Gama Lima.

Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de Geografia. Delmiro Gouveia, 2023.

1. Geografia regional. 2. Território. 3. Identidade. 4. Comunidade quilombola. 5. Quilombo Sítio Rolas. 6. Desenvolvimento social. 7. Associação. 8. Pariconha – Alagoas. I. Lima, Lucas Gama. II. Título.

CDU: 913:94(81).027



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA

FOLHA DE APROVAÇÃO

AUTOR(A): Welison Alves da Silva

“Território e identidade: a associação de desenvolvimento quilombola e a comunidade de remanescentes de quilombo Sítio Rolas – Pariconha/AL” - Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Geografia - Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas – UFAL - Campus do Sertão.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao corpo docente do Curso de Geografia - Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas e aprovado em 31 de maio de 2023.

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 LUCAS GAMA LIMA
Data: 04/06/2023 12:39:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(Prof. Dr. Lucas Gama Lima – UFAL /Campus do Sertão)
(Orientador(a))

1ª Examinadora

Documento assinado digitalmente
 MONICA REGINA NASCIMENTO DOS SANTOS
Data: 02/06/2023 14:23:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(Profa. Dra. Mônica Regina Nascimento dos Santos - UFAL /Campus do Sertão - UFAL
/Campus do Sertão)
(1º Examinador(a))

2º Examinador(a)

Documento assinado digitalmente
 CARLA TACIANE FIGUEIREDO
Data: 02/06/2023 23:05:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Carla Taciane Figueirêdo - UFAL /Campus dos Sertão –
UFAL/Campus do Sertão))

À Deus primeiramente, que concedeu-me forças para concluir mais uma etapa da minha vida, aos meus familiares e amigos pela paciência e compreensão nos momentos tortuosos, e por fim, à comunidade Quilombola Sítio Rolas pelo apoio e por toda contribuição na realização desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me conceder a capacidade e condições para vivenciar essa experiência.

A minha Família, minha mãe Maria das Graças, minhas irmãs Érica e Grazielle, por sempre acreditarem em meu potencial.

A minha noiva Gabby, por toda paciência a mim depositada, por sempre me motivar a escrever, sendo minha auxiliadora nesta pesquisa. Sem ela, este estudo não teria sido finalizado.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Lucas Gama Lima, por todo apoio, orientação e acompanhamento no desenvolvimento desta pesquisa. Por todo conhecimento que me foi passado durante o curso. Muito obrigado.

A banca examinadora pela disponibilidade e por partilhar comigo esse momento importante: Profa. Dra. Carla Taciane Figueiredo e Prof. Dra. Mônica Regina Nascimento dos Santos.

A Comunidade de descendentes de Quilombo Sítio Rolas, pela acolhida e por permitir contar sua história.

A Jaelson Florêncio, presidente da Associação da comunidade, por não medir esforços em contribuir no desenvolvimento desta pesquisa.

Em suma, meus agradecimentos a todos os envolvidos nesta fase da minha vida.

RESUMO

Esta pesquisa analisou, a partir de entrevistas e levantamentos de informações junto aos moradores, a contribuição da associação de desenvolvimento social para a comunidade Sítio Rolas, situado no Município de Pariconha, Estado de Alagoas, enfatizando entender o processo histórico na formação da comunidade quilombola Sítio Rolas, conhecendo as atividades agrárias e seu desenvolvimento para a comunidade descendente de quilombo e a contribuição da associação de desenvolvimento social em termos culturais e econômicos para as famílias associadas desta localidade. Logo, nosso percurso metodológico foi organizado de maneira, a encontrar possíveis respostas acerca das inquietações e determinações delineadas até então. Para isso, fizemos uma visita de campo. Além dela, realizamos uma entrevista com alguns moradores da comunidade para aprofundarmos o conhecimento acerca do objeto de estudo. Portanto, a pesquisa aqui apresentada tem o intuito de fazer um estudo a partir de questionamentos, entrevistando as lideranças desta comunidade e associados de forma qualitativa, demonstrando a todos a necessidade do reconhecimento e preservação do patrimônio cultural e territorial dessa comunidade descendentes de quilombos.

Palavras-chave: Quilombo; Associação; Território.

ABSTRACT

This research analyzed, based on interviews and surveys of information with residents, the contribution of the social development association to the Sítio Rolas community, located in the Municipality of Pariconha, State of Alagoas, emphasizing understanding the historical process in the formation of the quilombola community Sítio Rolas, knowing the agrarian activities and their development for the descendant community of quilombo and the contribution of the association of social development in cultural and economic terms for the associated families of this locality. Therefore, our methodological path was organized in order to find possible answers about the concerns and determinations outlined so far. For this, we made a field visit. In addition, we conducted an interview with some residents of the community to deepen our knowledge about the object of study. Therefore, the research presented here is intended to carry out a study based on questions, interviewing the leaders of this community and associates in a qualitative way, demonstrating to all the need for recognition and preservation of the cultural and territorial heritage of this community descended from quilombos.

Keywords: Quilombo; Association; Territory.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTO 1 - entrega de cestas básicas durante a pandemia	40
FOTO 2 - reunião da comunidade	41
FOTO 3 - Palestra sobre aposentadoria rural.....	44
FOTO 4 - indígenas e quilombolas recebendo medalhas	45

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - comunidades quilombolas em Alagoas	31
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Comunidades Quilombolas por região geográfica	27
GRÁFICO 2 - Localidades Quilombolas por Estado	28

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ADCT - Atos das Disposições Constitucionais Transitórias

BCS's - Banco Comunitário de Sementes

CODEVASF - companhia de desenvolvimento dos vales do São Francisco e do Parnaíba

EMATER-AL - Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas

FPI-AL - fiscalização Preventiva Integrada da bacia do rio São Francisco

FCP - Fundação Cultural Palmares

FECOEP - Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

SEMARH - Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Alagoas

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

UFAL - Universidade Federal de Alagoas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2 CAPÍTULO I: FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO	16
2.1 O “descobrimento”	16
2.2 O povoamento.....	17
2.3 Escravidão	18
2.4 Os Quilombos e a Capitania de Pernambuco.....	20
2.5 Titulação de Terras	30
3 CAPITULO II: AS ASSOCIAÇÕES E O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS	33
3.1 As associações quilombolas.....	33
3.2 A associação de desenvolvimento social quilombola e a comunidade Sítio Rolas em Pariconha - AL	34
3.3 Cultura quilombola na comunidade Rolas - Pariconha, AL	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS:	48
APÊNDICE	53
ANEXOS	54

1. INTRODUÇÃO

Este estudo surge de inquietações decorrentes de experiências e conhecimentos construídos ao longo do curso de Licenciatura Geografia, na Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão, e por meio de debates pertinentes nas disciplinas de Geografia da População e Geografia Política.

As comunidades quilombolas são territórios compostos por grupos étnico-raciais descendentes de africanos escravizados que resistiram à escravidão e criaram seus próprios modos de vida nos territórios que historicamente ocuparam. Essas comunidades são reconhecidas pelo Estado brasileiro como sujeitos de direitos, com garantias legais para a preservação de suas tradições, cultura e modos de vida (SOUZA, 2008).

Dentro dessas comunidades, surgiram as associações que possuem um papel fundamental para sua manutenção. Elas são importantes instrumentos de organização e mobilização social, permitindo que os moradores se unam para buscar soluções para os problemas comuns que enfrentam como acesso a serviços básicos, proteção de territórios e preservação da cultura.

As associações também são importantes para fortalecer a identidade e a participação ativa e consciente dos moradores com relação à tomada de decisões que afetam suas vidas. Além disso, elas têm um papel estratégico na luta pela garantia de direitos e pela construção de políticas públicas que atendam às demandas da comunidade.

Para melhor entendimento sobre a relação associação/comunidade, discutiremos neste trabalho o processo de formação dos quilombos e a resistência do negro frente os desafios passados e presente, utilizando como exemplo a comunidade de descendentes de Quilombo Sítio Rolas da cidade de Pariconha – AL.

Tendo em vista as ponderações, a pergunta que direcionará esta pesquisa é: **Como a instauração da Associação Quilombola contribui para o desenvolvimento da comunidade de descendentes de quilombo Sítio Rolas?**

Considerando a problemática anteriormente respaldada, objetivamos analisar a contribuição da associação de desenvolvimento social para a comunidade Sítio Rolas, do Município de Pariconha/AL. Para tanto, estabelecemos os seguintes objetivos específicos: a) Entender o processo histórico na formação da comunidade

quilombola Sítio Rolas; b) Conhecer as atividades agrárias e seu desenvolvimento para a comunidade descendente de quilombo; c) Compreender a contribuição da associação de desenvolvimento social em termos culturais e econômicos para as famílias associadas desta localidade.

Logo, nosso percurso metodológico foi organizado de maneira, a encontrar possíveis respostas acerca das inquietações e determinações delineadas até então. Para isso, realizamos uma visita de campo e uma entrevista com moradores da comunidade a fim de aprofundarmos o conhecimento acerca do objeto de estudo.

A entrevista foi realizada de forma semiestruturada, seguindo um roteiro de perguntas pré-elaboradas, desse modo, entrevistamos um quantitativo de quatro pessoas, destes, três homens e uma mulher. Este número se deu pelo fato da pandemia do COVID-19, respeitando o distanciamento social, bem como, outros moradores não se sentiam bem em participar do estudo. As entrevistas ocorreram nos dias 28 e 29 de abril de 2022. Os nomes dos entrevistados foram ocultados para proteger a integridade dos mesmos.

As conversas foram promissoras e pudemos conhecer a história de resistência do povo quilombola desta comunidade. Desse modo, podemos reconhecer que os quilombolas, enquanto sujeitos históricos e sociais devem ter sua importância não somente por estarem presentes na nossa realidade, se tratando das lutas para que seus direitos sejam vigorados. Entendemos que o melhor meio para se chegar ao entendimento sobre as comunidades quilombolas é adentrando às mesmas, vale ressaltar que essa entrada deve ocorrer de forma respeitosa.

Ao conhecer determinada comunidade e vivenciar o cotidiano das famílias ali presentes, mudamos nossa mentalidade com relação aos estereótipos e preconceitos enraizados na formação social brasileira. A pesquisa aqui apresentada tem o intuito de fazer um estudo a partir de questionamentos, entrevistando as lideranças desta comunidade e associados de forma qualitativa, demonstrando a todos a necessidade do reconhecimento e preservação do patrimônio cultural e territorial dessa comunidade descendentes de quilombos.

O nosso trabalho está organizado em dois capítulos, conforme mostrado a seguir: No primeiro capítulo intitulado: **FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO** discutimos o processo de construção do território brasileiro, a resistência do negro frente à escravidão, a formação dos quilombos, e posteriormente, o surgimento das

comunidades descendentes de quilombos. Trazendo também a discussão sobre os problemas atuais enfrentados por essas comunidades como o reconhecimento enquanto grupo Quilombola, a falta de serviços básicos e a titulação do território.

Iniciando o segundo capítulo, trazemos uma discussão voltada à contribuição das associações estabelecidas em comunidades descendentes de quilombo para a população, com isso, intitulamos o referido capítulo com a seguinte temática: **AS ASSOCIAÇÕES E O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS**, dessa forma, discutimos as melhorias e as mudanças ocasionadas nas comunidades com relação às medidas ofertadas pelas referidas associações, quanto a isso, trazemos a comunidade descendente de quilombos, Sítio Rolas e seus avanços, desde a apropriação territorial ao acesso à água encanada, a grãos para cultivo da terra e melhorias na infraestrutura local.

Para tanto, vale destacar a importância de discutir sobre comunidades quilombolas para a formação de professores no âmbito acadêmico, não só para o curso de Geografia, pois, ao abordarmos esta questão temos a oportunidade de fazer um resgate histórico e cultural do Brasil, de resistência e luta pelo reconhecimento, considerado o território na construção da identidade de grupos sociais, como também, promover uma educação mais inclusiva, valorizando a diversidade racial, promovendo a empatia e a formação de cidadãos conscientes e humanizados.

2 CAPÍTULO I: FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

2.1 O “descobrimento”

A ocupação do território brasileiro tem início com a necessidade dos países europeus em ampliar suas atividades comerciais. Sabemos que durante o século XIV as rotas de comércio europeu eram fundamentalmente por via terrestre, chegando o século XV houve um avanço que revolucionou o mercado, o surgimento de um novo sistema de relações internas e externas do continente, graças aos avanços na arte da navegação, deu-se início a expansão ultramarina europeia. Conforme Prado Jr (2011), os portugueses foram os pioneiros na expansão da influência europeia no mundo, por estarem melhor situados, geograficamente, iniciam a navegação e descobrem as ilhas de Cabo Verde, Madeira e Açores, ainda no século XV os mesmos resolvem abrir uma rota para as Índias, contornando o continente africano, e indo diretamente ao país das valiosas especiarias.

Os portugueses adentram a África, exploram o marfim, ouro e escravizam os que ali habitavam. Seguido deles, os espanhóis se lançam ao mar, diferente dos portugueses estes não seguem a rota pelo oriente, mas sim, pelo ocidente, deste modo descobrem um novo continente, que mais tarde se chamaria América. Os espanhóis chegam a América e se deparam com o México e Peru onde exploram metais preciosos. Prado Jr (2011) defende que os europeus de início não tinham a intenção de povoar o novo continente, apenas explorar as riquezas, como o Pau-Brasil, ouro e prata, e os exportar para a Europa. Esta iniciativa se dá pela grande turbulência que os países haviam sofrido com Peste que surgiu no século XIV e perdurou por muito tempo.

No século XVI houve grandes mudanças na Europa, o início da revolução inglesa transformou a sociedade que era essencialmente camponesa, a necessidade da produção de lã para o abastecimento da indústria têxtil transformou os campos de agricultura em fazendas de criação de carneiros.

À medida que a indústria e o comércio se desenvolvia, que os mercados ultramarinos para tecidos ingleses se expandiam, algumas áreas deixaram de ser economicamente autossuficientes, passando a serem abastecidas de lã para seus teares [...] os que tinham mais dinheiro começaram a criar rebanhos de carneiros, a produzir comida

para este mercado mais vasto, quer nas suas propriedades quer em terras arrendadas (CROMWELL, 1990, p 26).

Estas alterações transformaram a sociedade, a produção em larga escala de um único produto, a chegada da prata no mercado e o primórdio de uma divisão do trabalho modificou a estrutura da sociedade rural inglesa. Houve uma alta nos preços dos produtos, o proletário ficava mais pobre e os que viviam do comércio ficaram ricos, “constitui-se aí uma fonte de corrente migratória que abandonam o campo e vão ao encontro da América”. (PRADO Jr. 2011, p. 20).

2.2 O povoamento

No Brasil, não foi encontrado o ouro de imediato, foram avistadas grandes planícies e um clima tropical ideal para a agricultura, os europeus então decidem cultivar em larga escala produtos agrícolas.

Na verdade, este novo território não oferecia atrativos imediatos visíveis para o conquistador lusitano. Não havia os estoques metálicos entesourados, como na América hispânica, também não havia os lucrativos produtos e a animada rede de comércio encontrada no Índico. As populações com que se defrontaram os portugueses- independentes das polêmicas acerca de sua densidade- eram demasiado rudes em face mesmo dos reinos africanos com quem eles entabulavam relações (MORAES, 2011, p.58).

A colonização portuguesa no Brasil foi inicialmente motivada por razões diferentes das encontradas em outras partes do continente americano. Enquanto outros impérios encontravam metais preciosos e o estabeleciam rotas comerciais, os portugueses enfrentariam um desafio diferente, buscaram formas de explorar os recursos e as potencialidades do território brasileiro, desenvolveram a produção no cultivo da cana-de-açúcar e do café, estabelecendo engenhos e plantações, além de estabelecerem feitorias e postos de comércio ao longo da costa.

Foram formadas várias colônias para acelerar o povoamento do território hoje conhecido como América do Sul. Portugal e Espanha, dividindo o continente e duas grandes extensões de terra, a parte mais continental fica com os espanhóis e a região costeira fica para Portugal, esta divisão ocorre para que sejam evitados conflitos. Para garantir a ocupação da terra, a coroa portuguesa subdivide mais

adiante sua área de influência em 15 partes, as chamadas capitânicas hereditárias, estas eram doadas a pessoas de confiança ligadas à Coroa Portuguesa, no entanto, estas colônias de desenvolvimento passaram por muitas dificuldades e somente duas delas se mantiveram de pé a de São Vicente e de Pernambuco.

Entre fracassos, ausências dos donatários e simplesmente abstenções de se iniciar a ocupação do espaço que lhe fora doado, pode-se dizer que poucas capitânicas hereditárias tiveram sucesso semelhante às suas congêneres africanas, devendo-se mencionar um dos lotes de Martim Afonso de Sousa (São Vicente) e o de Duarte Coelho Pereira (Pernambuco) (CABRAL, 2015. p. 69).

Duarte Coelho transformou Pernambuco em uma das capitânicas mais rentáveis do Brasil, por ter a liberdade de administrar à sua maneira, introduz lavouras de cana-de-açúcar e transforma a economia colonial, abrindo espaço para o ciclo do açúcar (MATOS, 2012). De um lado a Espanha lucrava com a exploração do ouro e pedras preciosas, do outro, Portugal se mantinha com o comércio da madeira e do açúcar.

Nos primeiros anos da colonização, o território brasileiro era composto em sua maioria por uma população branca, os critérios de admissão de estrangeiros eram poucos, sendo o principal deles voltado à ordem religiosa. As portas do novo mundo estavam abertas para todos os “cristãos” de ordem católica, a nacionalidade destes vinham como segundo critério. Prado Jr (2011) descreve que a sociedade se organizava como uma unidade de crença e não de sangue. Sendo assim, com o aumento populacional, houve-se a necessidade da mão-de-obra para que mantivesse a lucratividade dos produtos nativos que eram exportados para a Europa.

2.3 Escravidão

Para obter lucros com extração de ouro, as lavouras de cana-de-açúcar, derrubada e transporte do Pau-brasil, por exemplo, era necessário mão-de-obra em abundância e os europeus recém-chegados não eram suficientes, logo, houve a tentativa da exploração indígena ao adotar o sistema escravocrata, em que os colonizadores passaram a submeter estes povos ao trabalho forçado e não remunerado (PRADO JR, 2011). Vale salientar que a chegada dos colonos não foi

de forma amigável, sempre utilizaram de mecanismos para controlar a terra e dominar os povos que aqui habitavam, como cita Clovis Moura (1988, p. 23):

A nação colonizadora, no caso específico, Portugal, que através de elementos de dominação ocupava a terra e subjugava os seus primitivos habitantes, garroteava o desenvolvimento autónomo dessas culturas através de um tampão compressor contra o qual não era possível os nativos lutarem com o instrumental de que dispunham (MOURA, 1988, p. 23).

Com isso, os indígenas se recusavam a serem oprimidos e resistiram aos comandos dos colonizadores. Os portugueses ainda tentaram mudar suas raízes propagando a fé católica, fazendo com que sua cultura fosse atribuída aos novos padrões e valores impostos pelos europeus, com a obstinação destes, era vital introduzir todo um sistema escravocrata, então os lusitanos que já utilizavam de negros como uma solução doméstica, agora, iniciam um regime de substituição do indígena pelo negro (MOURA, 1988).

As epidemias, a mortalidade ligada ao trabalho forçado e ruptura da economia de subsistência indígena tradicional, fuga de tribos inteiras mais para o interior, acabaram por inviabilizar uma plantação açucareira baseada principalmente no trabalho dos índios, seja escravo, seja livre em teoria, sob compulsão na imensa maioria dos casos. Assim, as primeiras décadas do século XVII viram a transição ao predomínio da escravidão negra (CARDOSO, 1990, p.89).

O comércio de mercadoria humana tornou-se a atividade mais lucrativa do Estado português e também uma das mais difíceis. Um comércio desumano, a coisificação de pessoas é a parte mais aterrorizante da história da humanidade. O tráfico negreiro, as grandes plantações e o monopólio comercial são as peças fundamentais para o funcionamento e sucesso das colônias. Esse comércio massivo decorreu do surgimento de duas classes predominante à época, os senhores de escravos, detentores do monopólio comercial e os escravos, desprovidos de bens materiais e produtores de riqueza (LEITE, 2017).

O continente africano tornou-se um campo de exportação de negros, houve a criação de empresas de exportação, sendo a primeira fundada pela Inglaterra e recebeu o nome de "Company of Royal Adventures of England", posteriormente surgem várias outras com o mesmo intuito, enriquecer a todo custo.

O preço dos escravos era definido pelo sexo, idade e especialização, mas dependia, sobretudo, de sua condição física. O destino dessas peças estava nas mãos dos senhores, que podiam alugar, vender, hipotecar, segurar ou penhorar suas novas propriedades. O preço

dos escravos variou muito durante os quatro séculos de sua comercialização. Após o final do tráfico, em 1850, o valor dos cativos dobrou, quase inviabilizando a sua utilização. Um escravo homem e adultos podia valer mais do que uma casa na cidade ou três toneladas de café (MOURA, 1996, p.23).

Os negros eram arrebatados do seu lugar de origem e sujeitados a uma nova vida. Trazidos de forma desumana, acorrentados para que não pudessem fugir, cerca de 1/5 dos transportados morria ainda no navio, grande parte dos óbitos eram causados pela má alimentação, falta de higiene e doenças consequentemente causadas pelas condições ali submetidas. Os que resistiam a essas condições chegavam debilitados e se assustavam com a nova vida, forçados a trabalhar o dia inteiro, sem direito a salário, nem sequer alimentação, caso não cumprisse as ordens que lhes foram dadas, eram castigados severamente pelos capitães do mato, que utilizavam principalmente do açoitamento¹ como controle (SILVEIRA, 2012).

Eram poucos os negros que aceitavam essa condição, muitos fugiam, porém sem êxito, pois não conheciam o ambiente a qual estavam inseridos, no decorrer dos anos com as invasões dos Holandeses ao território então português, negros conseguiam escapar dos colonos e se organizavam em locais estratégicos para se defenderem, estes locais eram denominados quilombos.

2.4 Os Quilombos e a Capitania de Pernambuco

A palavra quilombo é de origem do povo Bantu, guerreiros que lutavam pelo poder, por alianças políticas, novos territórios etc. Estes passavam por áreas de florestas equatoriais, do leste a oeste da África e traziam consigo povos de diferentes regiões. Assim “A história do quilombo como a dos povos Bantu é uma história que envolveu povos de regiões diferentes entre Zaire e Angola [...]” (MUNANGA, 1996, p. 58). Os habitantes da África Ocidental eram, antes da chegada dos colonizadores europeus, essencialmente nômades, e os locais de acampamento eram utilizados para repouso em longas viagens (SILVEIRA, 1997). Como os bantu, os negros quilombolas do Brasil sempre lutaram para territorializar-se, ao passo que, a territorialidade pode ser definida como o “esforço coletivo de um grupo social para

¹ Todos os dias, o escravo era atado a um poste ou amarrado de braços e com o dorso nu a um banco, e açoitado certo número de chibatadas durante vários dias seguidos, as chibatadas feitas de formas recorrentes dificultavam a cicatrização das feridas que deveriam ficar “em carne viva”, conforme expressão popular recorrente na cultura brasileira (LARA, 1988, p. 75).

ocupar, usar, controlar e se identificar com parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim, em seu território” (LITTLE, 2002, p. 03). Em conformidade com Rocha (2009, p. 235) “O território seria, nesse sentido, um produto histórico de processos sociais e políticos”. No Brasil Colonial, a palavra foi adaptada para designar o local de refúgio dos escravos fugitivos (REIS & GOMES, 1996). Portanto, quilombola é a pessoa que habita o quilombo.

Os quilombolas são povos que não se agrupam em uma região específica ou vieram de um ambiente específico. A origem em comum dos remanescentes de quilombos é a ancestralidade africana de negros escravizados que fugiram da escravidão e se refugiaram nas matas (ARRUTI, 2008 p, 16).

Os quilombos eram refúgios onde os negros escravizados, indígenas e pobres livres encontravam paz, ali desenvolvendo uma agricultura de subsistência e construindo sua identidade (SCHWARTZ, 1988; REZENDE, 2011). Nestes territórios, viviam de acordo com sua cultura, plantando e produzindo segundo suas necessidades. O Brasil chegou a ter centenas de grupos espalhados, principalmente, pelos atuais estados que compõem a região Nordeste (MOURA, 1983; O'DWYER, 2002).

Os Quilombos eram situados em locais de difícil acesso, longe de tudo, onde eles não poderiam ser encontrados, no entanto, ficavam próximos das estradas, nas quais utilizavam para pequenos assaltos que os ajudavam a sobreviver. Era nos Quilombos que os negros conseguiam manter viva a cultura de sua ancestralidade. Esses negros viviam da agricultura, pesca, caça e do cultivo do milho e feijão, mandioca e cana de açúcar como forma de subsistência de suas famílias (CARNEIRO, 1958; BOXER, 1961).

Ao longo da história brasileira, vários quilombos foram registrados, uns com grande número de habitantes. O Quilombo dos Palmares, por exemplo, que era formado por um conjunto de quilombos próximos, chegou a ter uma população estimada em 20 mil habitantes no século XVII. (ALMEIDA, 2002 p. 89)

Um dos maiores quilombos da história do Brasil foi o de Palmares, localizado na capitania de Pernambuco, anteriormente e que hoje, após o processo emancipatório desde 1817, é conhecido como Alagoas, ele surge no decorrer das guerras travadas entre Portugal e Holanda. Em 1630, os holandeses invadem Pernambuco, e chegam a ocupar a parte sul desta capitania até 1645, quando os

portugueses reconquistaram o controle da região, muitos dos senhores de engenho acabaram por abandonar suas terras (BOXER, 1961). Este fato beneficiou um grande número de escravos em fuga. Estes, após fugirem, buscaram abrigo no Quilombo dos Palmares.

Os quilombos, nos quais os escravos fugidos reconquistavam sua liberdade, podiam estar afastados de qualquer núcleo de colonização ou mais próximos de um arraial ou uma cidade. Nos mais isolados, os quilombolas viviam do cultivo da terra, da caça, da pesca, produzindo seus tecidos, seus potes, suas cestas, seus instrumentos de trabalho e armas (SOUZA, 2008, p. 98).

Com isso, os quilombos representaram uma das formas de resistência e combate à escravidão (MOURA, 1983). Rejeitando a antiga vida sofrida, os negros buscavam a liberdade de viverem com dignidade, mantendo a cultura e a tradição da sua terra, dando importante contribuição para a formação da cultura afro-brasileira.

Para se falar sobre a cultura afro-brasileira não se poderia deixar de mencionar o período escravo que se constitui numa mancha difícil de apagar. É impossível se falar sobre a cultura dos negros, sua passagem pelo Brasil e seus dias atuais se não for escrito sobre a escravidão e suas consequências (LUNA, 1968, p. 16).

Para tanto, existem dois principais momentos históricos em relação ao Quilombo dos Palmares, o primeiro, onde era formado por vários mocambos espalhados no território sem uma unidade definida, tendo como rei o Ganga-Zumba, e outro, com uma única unidade, tendo Zumbi como líder. Palmares abrigava milhares de pessoas, estes transformaram o território e desenvolveu-se como comunidade, todo esse crescimento incomodou o Estado colonial. Imaginando uma possível formação de um Estado nacional negro, os colonos iniciam uma guerra de extrema violência, palmares resistiu por muitos anos até que não restaram mais forças para lutar. Estes ataques eram as chamadas incursões, que recorrentes, acabaram levando o líder Ganga-zumba a negociar um acordo de paz com o governador da capitania de Pernambuco D. Pedro de Almeida, esse acordo faz com que os quilombolas se dividam, e muitos deixem de seguir Ganga-Zumba. O líder é enganado, o acordo não foi cumprido, os negros ficam sem as terras boas para o cultivo e tem sua liberdade negada mais uma vez.

Esses acontecimentos levam ao envenenamento do Ganga-Zumba, e a liderança é assumida por Zumbi, seu sobrinho, antes general das armas do quilombo, palmares resistiu bravamente as incontáveis investidas, quando chega a

seu fim em 1694. Os quilombolas são tornados escravos, vendidos para o Rio de Janeiro, Buenos Aires ou entregues a seus antigos senhores, as terras férteis transformadas em sesmarias e entregues aos proprietários de terra (CARNEIRO, 1958; LINDOSO, 2011).

O quilombo de palmares demonstrou muita resistência na sua luta pela sobrevivência contra as „forças policiais“, todavia em 1694 o quilombo foi tomado por mais de oito mil homens a mando de Caetano Mello e Castro que nesta época governava a capitania de Pernambuco e Domingos Jorge Velho, comandante-geral. Após a morte do líder Zumbi com esse ataque, alguns negros continuaram na luta mesmo com ataques surpresas que se estenderam até 1716 (VIEIRA et al, 2013).

O tráfico negreiro continua até metade do século XIX, para então ocorrer o fim da escravidão no Brasil em 13 de Maio de 1888. Primeiro em 1850 o tráfico de escravizados seria extinto no país, mais adiante, em 1869 foi proibida a venda destes, e dois anos depois vem a Lei do Ventre Livre, determinando que os filhos dos escravizados pertencentes ao Império seriam considerados livres após a maioridade (SILVEIRA, 2012; VIEIRA et al, 2013).

Para o território brasileiro, este foi dividido por meio das sesmarias, constituindo latifúndios nas mãos de uma minoria de pessoas, esse regime foi extinto em 1820 em decorrência de problemas enfrentado pela coroa em relação a regulamentações. A questão fundiária brasileira sempre foi desfavorável às populações negras, tanto antes quanto depois de a escravatura chegar ao fim, diz Rezende (2011).

A questão fundiária em nosso país está extremamente vinculada à sorte da população negra, pois ao instituir que as terras deveriam ser “compradas” naturalmente os negros foram excluídos desse processo de apropriação destas, primeiro porque eram escravizados (mercadorias), depois de 1888 por serem libertos, mas marginalizados na sociedade e, portanto, sem a possibilidade de adquirir terras pela compra. (REZENDE, 2011. p 77).

Os negros passaram a trabalharam nas terras do Brasil forçadamente na condição de escravizados, mesmo após ter sua liberdade garantida, não conseguiram acesso a ela, pois antes do dito fim da escravidão os territórios eram obtidos mediante doação por parte do Estado às famílias mais abastadas, os negros por serem escravizados não usufruíam destas regalias, após alguns anos acontece

uma mudança na regra geral sobre a posse das terras. Em 1850 é promulgada a Lei de Terras², que instituía o regime de compra e venda, sendo assim, não era válida a aquisição mediante doação, somente por documento de compra e venda. Esta, mais uma vez, foi utilizada como manobra para que os recém-libertos da escravidão não pudessem ter acesso, como cita Ferreira (2010, p. 54) “um dos principais objetivos da Lei de Terras foi exatamente impedir que os imigrantes e os trabalhadores brancos pobres, negros libertos e mestiços tivessem acesso à terra”. Esta ação acarretou na migração dos mais pobres para as cidades, e os que ficaram no campo permaneceram na condição de trabalhadores ilegais.

A lei de terras transformava as terras em monopólio do Estado e Estados controlados por uma forte classe de fazendeiros (...). Já com a primeira Constituição Republicana, de 1891, as terras devolutas são transferidas para o Estado e colocadas nas mãos das oligarquias regionais. Cada Estado desenvolverá sua política de concessão de terras, começando aí as transferências maciças de propriedade fundiária para grandes fazendeiros e grandes empresas de colonização, interessadas na especulação fundiária. (MARTINS, 1983, 42-43).

No quesito manifestações, as comunidades negras ocuparam as fronteiras florestais do país resistindo à escravização, mesmo após o fim, buscaram reafirmar seu direito de acesso a terra, lutando contra tudo e todos, até contra o Estado que deveria atuar como principal fomentador de políticas públicas voltadas a essas pessoas.

A nossa estrutura social ainda é travada no seu dinamismo em diversos níveis pelo grau de influência que as antigas relações escravistas exerceram no seu contexto. Relações de trabalho e propriedade, familiares, sexuais, artísticas, políticas e culturais estão impregnadas ainda das reminiscências desse passado escravista. Quer no nível de dominação, quer no de subordinação, esse relacionamento guarda funda ligação com o estrangulamento que existia durante o escravismo. (MOURA, 1986, p. 13).

Nisso, a Lei de Terras só veio para contribuir com a entrada do país ao capitalismo, com a expansão mundial, o Brasil necessitava transformar a terra em mercadoria, pois os latifundiários utilizavam principalmente dos escravizados como

² Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. Bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para Empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. (LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850).

moeda. Com o fim da escravidão, o poder do latifundiário foi passado do escravo para a terra (AGÊNCIA SENADO, 2020).

Somente mais de 100 anos após a Lei de Terras, o tema quilombola virou pauta de políticas públicas, a partir da Constituição Federal de 1988, isso só se tornou possível graças à mobilização de organizações sociais (CONAQ e Terras de Direitos, 2018³). Rezende (2011) destaca que a introdução do Quilombo nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) contribuiu de forma positiva frente à sociedade, pois proporcionou uma ampliação do conceito Quilombo, incluindo diversas populações rurais.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), através do Decreto n. 4.887/03⁴, é o órgão federal responsável pela demarcação das terras quilombolas no país⁵. A abolida SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), encerrada em 2015, acompanhava as comunidades quilombolas. Além dessas entidades, a FCP (Fundação Cultural Palmares), como órgão público foi vinculado ao Ministério da Cultura, incorporado ao Ministério da Cidadania, se tornou responsável pela preservação e manutenção do patrimônio cultural quilombola.

Há uma proximidade cultural geral entre populações quilombolas e indígenas. Uma vez que os dois vivem de maneira simples, integrados à natureza extraindo seu principal sustento da terra. No entanto, com o avanço da urbanização, do agronegócio e do extrativismo não sustentável, o modo de vida dessas comunidades e a sua preservação estão em risco (REIS & GOMES, 1996).

A territorialidade sempre foi relacionada com o meio animal, onde as espécies utilizavam de estratégias para defender seu território, em 1920 a noção de territorialidade foi difundida nas relações sociais, como cita RAFFESTIN, (1993).

³ Aos remanescentes das Comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos. (Art. 68/ADCT/CF1988).

⁴ Que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

⁵ **Art. 3º:** Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A história dessa noção está por ser feita [...]. Embora pressentida há mais ou menos três séculos, essa noção só foi verdadeiramente explicitada pelos naturalistas em 1920 [...]Howard por exemplo, que a definiu como "a conduta característica adotada por um organismo para tomar posse de um território e defendê-lo contra os membros de sua própria espécie. (RAFFESTIN, 1993 p.159)

Não diferente, nas comunidades de descendentes de quilombo os representantes lutam para garantirem seu espaço, preservar sua cultura e seus direitos. Uma batalha árdua e contínua, que se arrasta há anos, o negro estigmatizado como ser inferior, menos inteligente, nascido para o trabalho braçal, dentre muitos outros preconceitos. Ele não possui nacionalidade, tem sua cidadania negada, é tratado com desprezo e se mantém calado frente à pressão psicológica do colonizador (MUNANGA, 1996).

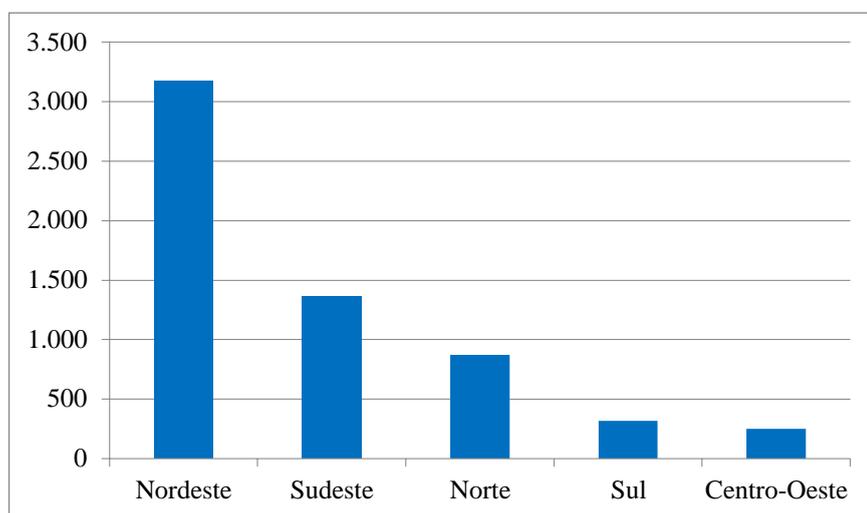
A territorialidade no Brasil assume o caráter dos diversos grupos sociais formadores da identidade do país durante seu processo histórico e suas inter-relações específicas com os ecossistemas que ocupam, além das relações sociais mantidas uns com os outros, transformando, assim, as parcelas do ambiente em seus territórios, (LITTLE, 2002). A territorialidade está ligada às relações sociais e é fruto da produção de cada território, o que a torna determinante para a construção de uma identidade, cada território possui sua particularidade, ele reflete a multidimensão do que é vivido pelos membros em coletivo (SAQUET, 2007; RAFFESTIN, 1993). O território, nesse sentido, decorre dos procedimentos de territorialidade de um grupo social, que envolvem, ao mesmo tempo, suas formas de dominação político-econômica e suas apropriações mais subjetivas e/ou simbólico-culturais (HAESBAERT, 2004).

As comunidades, através da legislação em vigor, tiveram a garantia do direito à sustentação de sua cultura. Nisso, o Poder Público deverá fazê-lo respeitando as próprias formas que o grupo utiliza na ocupação da terra. Para que sejam protegidos e respeitados os modos de criar, fazer e viver das comunidades quilombolas é preciso garantir a propriedade cujo tamanho e características permitam a sua reprodução física e cultural (MATTOS, 2005). Contudo, em todo país as pessoas que compõe as comunidades de descendentes lutam para fazer valer o direito à propriedade de suas terras.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), dentre todas as regiões geográficas do Brasil, o Nordeste é o que mais possui localidades

quilombolas, tendo por volta de 3.171 comunidades, seguido do Sudeste, Norte, Sul e Centro-Oeste.

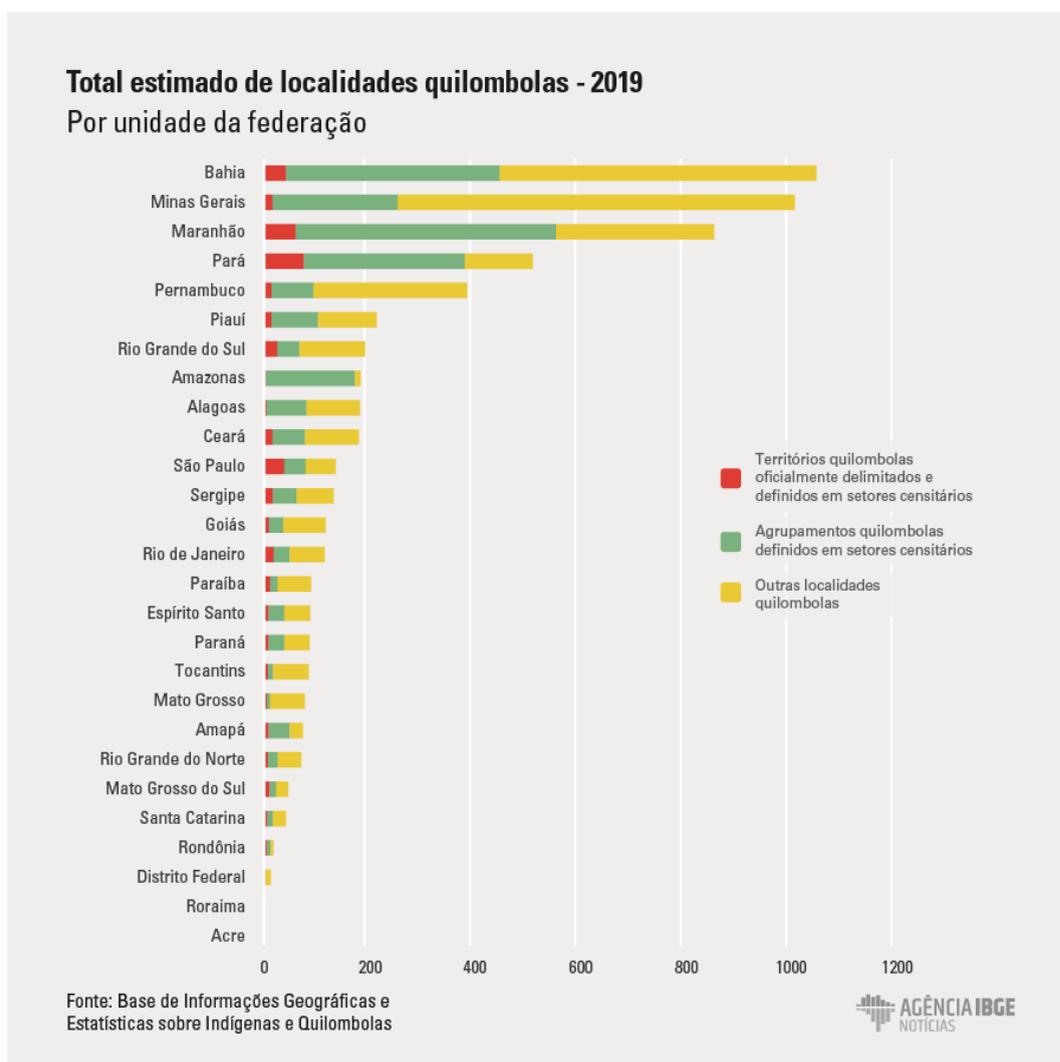
Gráfico 1 - Comunidades Quilombolas por região geográfica



Fonte: IBGE, 2019. Organizado por: Welison Alves da Silva, 2022.

O gráfico 1, exemplifica a história de colonização do Brasil, sendo o Nordeste porta de entrada para os colonos. Como observamos na história do povoamento territorial, os europeus iniciam suas colônias no litoral nordestino, fixando e construindo os primeiros engenhos de cana de açúcar, isso justifica a formação de mais de três mil Quilombos nesta região, só mais tarde buscam interiorizar o continente e assim vão se formando novos territórios quilombolas com a fuga dos escravizados.

Gráfico 2 - Localidades Quilombolas por Estado



Fonte: IBGE, 2019.

No gráfico 2, vemos que a Bahia, Minas Gerais, e Maranhão são os estados do Brasil que mais possuem comunidades quilombolas, e que apenas metade destas são reconhecidas pelo censo, dos 26 estados e do Distrito Federal, apenas dois não possuem comunidade de descendentes de Quilombo, que são eles Roraima e Acre. Outro fato importante é que dentre tantos territórios existentes apenas alguns deles possuem a titulação, ou seja, a demarcação do território, como o caso de Alagoas que possui 70 territórios quilombolas e apenas 1 deles é titulado.

Alagoas está entre os estados do Brasil que fazem parte da história do Quilombo, por ser reduto dos Palmares, as comunidades estão presentes em todas as regiões do estado, todas certificadas em decorrência da mobilização do movimento negro no Brasil. Em 2003, com a publicação do decreto de Nº 4.887, o

INCRA torna-se órgão responsável pela identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras as quais são ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas. O mesmo decreto garante que as comunidades participem diretamente em todas as fases do processo de reconhecimento (BRASIL, 2003).

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3º Para a medição e demarcação das terras serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental. (DECRETO Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003).

Este decreto contribuiu de forma positiva para as comunidades, no entanto, é necessária a aplicação de políticas públicas que mantenham as comunidades firmes, pois estas necessitam de moradia, saúde, educação e segurança (VIEIRA, et al, 2013).

Em Alagoas, grande parte das comunidades quilombolas não tem acesso à água, saúde e educação, segundo Silva (2016), as comunidades do estado não dispõem de escolas de ensino fundamental e seus moradores precisam dirigir-se às sedes dos municípios para que possam estudar, por muitas das vezes estas e outras dificuldades acabam impedindo-os de concluírem os estudos. Sem atualizações desde 2018 (reflexo da preocupação do atual governo), o Programa Brasil Quilombola, criado em 2007 (por meio do decreto nº 6.261/2007), se vê estagnado, o mesmo seria de grande valia caso fosse levado a sério, pois nele, muitas propostas ajudariam na melhoria das comunidades, como por exemplo, o eixo que trata da consolidação de mecanismos para destinar obras de infraestrutura como habitação, saneamento, eletrificação, comunicação e construção de equipamentos sociais destinados a atender as demandas, notadamente as de saúde, educação e assistência social (BRASIL, 2007).

Esta população necessita de auxílio do Estado para a manutenção da vida, não só ela, como todas as outras que se encontram na mesma situação, no Brasil as populações negras sofrem desde que foram trazidos na condição de escravizados e se estendendo até os dias atuais.

2.5 Titulação de Terras

As comunidades não necessitam apenas da certificação, como também, da titulação das terras que ocupam, visando garantir a sobrevivência e a reprodução social, vale salientar que as comunidades transformam ao mesmo tempo em que compõem o espaço em que vivem, é construída toda uma estrutura com vínculo ao trabalho, lazer, moradia, práticas religiosas, dentre outras, assim, o território para a comunidade é vital. A titulação garante a construção de campo de futebol, centros comunitários e principalmente áreas para a produção agrícola, que garantirá o abastecimento da comunidade e trará o desenvolvimento.

A titulação transita a passos curtos, enquanto diversas comunidades pelo Brasil autodeclaram quilombolas e recebem a certificação pela FCP. O INCRA desde 1995 até 2021 expediu apenas 273 títulos em 176 territórios, sendo que dados divulgados pela FCP dão conta da certificação de quase 4 mil comunidades em todo o Brasil. Em Alagoas, por exemplo, ao longo do tempo foram certificadas 70 comunidades, destas, somente uma foi titulada (INCRA, 2022; FCP, 2021).

anos, um dos principais responsáveis pela não titulação das terras são as elites agrárias, classe que domina o campo no Brasil.

Os interesses contrários aos direitos quilombolas de hoje, são os mesmos daqueles que, no período da escravidão, lutaram incansavelmente para que a mesma não tivesse fim. Contestaram e contestam, principalmente, o direito aos territórios das comunidades que, uma vez titulados, se tornam inalienáveis e coletivos. As terras das comunidades quilombolas são herdadas e cumprem uma função social precípua, dado que sua organização se baseia no uso dos recursos territoriais para a manutenção social, cultural e física do grupo, fora da dimensão comercial. São territórios que contrariam interesses imobiliários, de instituições financeiras, grandes empresas, latifundiários e especuladores de terras. Os conflitos fundiários hoje existentes envolvem na maior parte das vezes, esses atores, que [...] são os mesmos de ontem. (CONAQ, 2010, p. 269)

O domínio do território sempre esteve na mão da elite, mesmo após ADCT, tentam negar aos negros o direito à propriedade e a reprodução social, são muitos os entraves burocráticos, o principal é que no processo de titulação o INCRA que é responsável pela mesma, deve indenizar o proprietário da terra a qual está territorializada a comunidade quilombola, porém, em muitos dos casos, os proprietários não aceitam o valor oferecido e os processos se arrastam nos tribunais (SOUZA, 2015). Muitas portarias e decretos foram lançados no intuito de discutir o acesso à terra aos quilombolas, e em todos eles a burocracia acaba diminuindo as chances dos “quilombolados” em obter a titulação permanente do seu território.

3 CAPÍTULO II: AS ASSOCIAÇÕES E O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

3.1 As associações quilombolas

As associações comunitárias são organizações sem fins lucrativos que se formam em comunidades para promover o desenvolvimento local e defender os interesses da população. Quando se trata de territórios quilombolas, essas desempenham um papel ainda mais importante, pois estão diretamente envolvidas na luta por reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades historicamente marginalizadas e discriminadas. Os territórios quilombolas herdam tradições históricas e culturais que se desenvolveram a partir da resistência à escravidão. Essas comunidades enfrentam diversas formas de opressão, que vão desde a falta de acesso a serviços básicos até a discriminação racial. Nesse contexto, as associações têm um papel fundamental na luta por direitos e na promoção do desenvolvimento local. Em territórios quilombolas, podem atuar em diversas áreas, como saúde, educação, saneamento básico, preservação ambiental e promoção da cultura e do turismo. Além disso, elas podem desempenhar um papel importante na articulação com outras organizações da sociedade civil e na construção de parcerias com órgãos governamentais e empresas privadas (DE MARCHI, 2021).

É importante ressaltar que as associações comunitárias em territórios quilombolas enfrentam desafios específicos, como a falta de recursos financeiros e de capacitação técnica para gestão das atividades. Além disso, muitas vezes, essas associações precisam lidar com conflitos internos e com a pressão de interesses externos que podem ameaçar a integridade das comunidades.

Diante desse cenário, é fundamental que as políticas públicas destinadas aos territórios quilombolas reconheçam e apoiem o papel das associações como agentes de desenvolvimento local e defensoras dos direitos das comunidades negras. O fortalecimento dessas associações pode contribuir significativamente para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A principal função das associações é, sem dúvida, uma função social: constituídas de membros solidários, elas visam à constituição de uma comunidade de interesses baseada na defesa de direitos sociais iguais. Elas visam à criação de formas de inserção social e de

responsabilização, assumindo o papel de mediação entre os cidadãos e instituições (WAUTIER, 2001, p.11).

As associações dentro das comunidades trabalham para garantir a proteção e regularização de seus territórios, o que é fundamental para a preservação da cultura e identidade do povo. Uma associação quilombola pode desenvolver atividades incentivadoras que ajudam a comunidade a se sustentar, gerando renda e emprego.

As comunidades elegem seu representante, pessoa a qual terá o dever de representar a vontade popular, eleito democraticamente, este buscará da melhor forma trazer melhorias e desenvolvimento para todos. A formação de uma associação pode ser entendida como um meio jurídico para tornar legal a união de pessoas com um interesse comum.

A luta para sair da condição de excluídos, para permanecer no território ancestral passa a ter visibilidade a partir da união do povo enquanto comunidade, integrando o cidadão a sociedade geral. O INCRA define que a questão da consciência de identidade coletiva sempre foi o principal parâmetro onde todo grupo humano tem utilizado ao longo do tempo, para construir sua identidade. Assim, as comunidades passaram a reivindicar seus direitos de forma mais ativa. As associações se apresentam como espaço de divulgação de informações à sociedade sobre os direitos e deveres da cidadania (CASAGRANDE, 2021).

3.2 A associação de desenvolvimento social quilombola e a comunidade Sítio Rolas em Pariconha – AL

Neste subcapítulo, analisamos a questão social e econômica da comunidade Sítio Rolas e entendemos como a criação da associação tem contribuído para seu desenvolvimento.

A comunidade de descendentes de Quilombo Sítio Rolas está localizada na cidade de Pariconha em Alagoas. Recebe esse nome em alusão à matriarca Dona Ubalda, oriunda da comunidade Currais dos bois, atualmente cidade de Glória/BA, trazida por comerciantes de gado por volta de 1875, para trabalhar em suas terras na condição de escrava para a família Teixeira, sendo liberta após o fim da escravidão, ainda jovem conhece o senhor João que virá a tornar-se esposo, ambos

costumavam usar vestes brancas, assim foram apelidados como um casal de rolinhas (espécie de pássaro endêmico da caatinga).

O Sitio Rolas. Iniciou por meio da bisa Ubalda, ela veio de outra região, trabalhou como escrava por aqui, depois da escravidão conheceu João, e passou a viver junto com ele. Eles tinham o habito de usarem roupas brancas, eles, eram apelidados como um casal de rolinha, por isso ficou esse nome da comunidade. Nós somos quilombolas por conta dela. [...] A gente está criando uma associação, uma casinha [...] aí o nome dessa casa levava o nome dela, da ex escrava (ENTREVISTADO 1, entrevista concedida em 28 de abril de 2022).

Dessa forma, a comunidade foi se formando a partir desse casal, que tiveram seis filhos constituíram suas famílias e posteriormente a comunidade. Atualmente, possui cerca de 40 famílias, sendo maioria residente no território e outra parte em localidades diferentes nas proximidades da comunidade e pertencente ao município da qual está localizada. Muitos migram para outras cidades em decorrência da oferta de emprego. É bastante comum que em pequenas comunidades os casais ao conceberem filhos tenham que migrar para outros municípios, pois como a oferta de emprego é diminuta e nem todas as famílias dispõem de terra para cultivo a migração torna-se algo inevitável (BEZERRA, 2014).

Aqueles que permanecem na comunidade trabalham no campo exercendo atividade agropecuária, como o cultivo de milho e feijão, bem como, a criação de caprinos e bovinos. Pelo fato da comunidade não ter um território demarcado, muitos dos moradores possuem o costume de trabalhar de meeiros.

A gente trabalha de roça, sempre foi assim, nem todo mundo tem um pedaço de terra pra plantar, ai aqui a gente “trabalha de meia”, pega o terreno de um vizinho e produz nele [...] depois a gente colhe e divide o que produziu [...] as vezes da boa a plantação, mas tem outras que perde tudo [...] tem ano que chove de mais e tem tempo que é pouca chuva (ENTREVISTADO 2, entrevista concedida em 28 de abril de 2022).

O trabalho de meeiro foi uma forma de exploração do trabalho rural que ocorreu no Brasil durante a boa parte do século XX. Nesse sistema, um proprietário rural fornece a terra e os insumos necessários para o cultivo de uma determinada safra, e um trabalhador rural (o meeiro) é responsável pelo trabalho no campo, dividindo a produção com o proprietário ao final da colheita (LAMOUNIER, 1986).

Algumas pequenas comunidades ainda trabalham com o sistema de meeiros, essa é uma das opções para aqueles que não possuem terra e não querem sair de

suas casas para tentar a vida na “cidade grande”, como popularmente citam as zonas urbanas.

Aqui a gente trabalha na roça, antes era mais difícil, o único jeito era ir trabalhar fora [...] hoje já deu uma facilitada porque tem a água do canal pertinho, da pra irrigar alguma coisa [...] da água aos animais e plantar um milho e um feijão [...] se não for assim, tem de viajar e trabalhar fora pra conseguir as coisas pra dentro de casa. (ENTREVISTADO 2, entrevista concedida em 28 de abril de 2022).

Um problema corriqueiro no sertão é a irregularidade pluviométrica que acaba impedindo que trabalhadores cultivem a terra o ano inteiro. As chuvas anuais possuem média entre 268 e 800mm, unido as altas temperaturas e elevada taxa de evapotranspiração a paisagem acaba se transformando e as reservas de água tornam-se diminutas (SILVA, 2006).

A CODEVASF (companhia de desenvolvimento dos vales do São Francisco e do Parnaíba), em 1998 observando as adversidades climáticas no semiárido Alagoano, inicia um estudo que buscava aproveitar os recursos hídricos disponíveis na região com a introdução de um empreendimento que minimizasse os problemas relacionados à seca (VIEIRA et al, 2010). Nesse sentido, a CODEVASF propõe a criação do Canal adutor de água do Rio São Francisco, visando contemplar os municípios do Sertão e o Agreste Alagoano. Em parceria com o Governo do Estado se torna a maior obra hídrica da região com quase 250km de extensão, este canal tem por finalidade disponibilizar água as localidades que sofrem constantemente com a seca (SILVA, 2016).

Já construído, o canal do Sertão alagoano na verdade foi pensado para o agronegócio, por exemplo, em Delmiro Gouveia e Água Branca, existem duas grandes propriedades com cultivo de monoculturas irrigadas, a primeira com o cultivo de milho e a segunda com plantação extensiva da monocultura do coco.

Para produtores que comprovem uma demanda de água superior a 1mil litros por hora em sua propriedade a SEMARH (Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Alagoas) solicita projeto de uso da água, em Delmiro Gouveia o primeiro a receber a outorga foi o empresário e político Luiz Carlos Costa, que apresentou um projeto voltado à cultura irrigada do milho, já em Água Branca a produção é voltada a fruticultura, onde uma propriedade reserva 20 dos seus 500 hectares de terras para o cultivo de 5.550 pés de coco (SILVA, 2016).

Pela exigência de projetos de uso da Água, que necessita de técnicos agrônomos para sua elaboração, os pequenos produtores não conseguem as outorgas ora obtidas por grandes produtores. Pela falta de capital para investimento os agricultores esperam por assistências do estado, que nada faz.

Na comunidade Sitio Rolas o acesso à água do canal é livre, eles possuem a outorga⁶ conquistada pela associação comunitária em conjunto com a prefeitura de Pariconha. Ela garante o uso gratuito da água que contribui para o abastecimento das casas, irrigação de plantações e para matar a sede dos animais.

Nós conseguimos a outorga da água, assim todo mundo pode usar livre, sem pagar nada [...] o problema é que poucos têm condições de fazer irrigação [...] muitos aqui vivem do bolsa família como principal renda, porque só consegue produzir na terra durante o período de chuva. (ENTREVISTADO 1, entrevista concedida em 28 de abril de 2022).

Com a oferta de água disponível e com intermédio da associação o Sitio Rolas obtém grãos cultiváveis junto a órgãos estaduais. Estes grãos são doados pelo governo através de programas de distribuição de sementes que visam disponibilizar os cultivares para plantio. A fonte responsável por levantar recursos financeiros para a compra de grãos é o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECOEP), que foi instituído em 2004 por meio da Lei Estadual nº 6.558. Que objetiva

[...] viabilizar para toda a população de Alagoas o acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados exclusivamente em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, saneamento básico, reforço de renda familiar e em outros programas de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida, conforme disposto no art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição Federal (Art. 1º, Lei Estadual nº 6.558, de 30 de dezembro de 2004).

O programa de concessão de sementes tem como base o “*slogan*” da emergência da situação enfrentada pelos agricultores locais em relação à seca. Sob essa narrativa, o Estado envia todos os anos grãos híbridos a população. Por não possuírem Banco Comunitário de Sementes (BCS“s), os descendentes de quilombo se veem refém às ofertadas pelo governo do estado.

⁶ A outorga de direito de uso de recursos hídricos é o ato administrativo mediante o qual o poder público outorgante faculta ao outorgado (usuário requerente) o direito de uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, por prazo determinado, nos termos e nas condições expressas no respectivo ato administrativo. É o documento que assegura ao usuário o direito de utilizar os recursos hídricos. Disponível em: <https://agerh.es.gov.br/o-que-e-outorga> acesso em: 05/03/2023.

Os BCS"s começaram a se formar na década de 1970, período em que o Brasil era assolado pela ditadura militar. Com o auxílio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB"s), grupos paroquiais ligados à Igreja Católica fortaleciam as trocas comunitárias de sementes (LIMA, 2018).

Pariconha e Água Branca foram as pioneiras em elaborar um sistema de troca e preservação de sementes crioulas no sertão de Alagoas, por outro lado, Pariconha aos poucos vem sendo afetada por sementes transgênicas, sendo o Canal do Sertão porta de entrada destes grãos. Alguns dos agricultores veem no milho transgênico uma forma de alavancar os lucros com a venda destes (SANTOS, 2020).

É preciso atentar quanto o uso das sementes transgênicas, uma vez que cultivada junto a uma crioula, acaba contaminando o grão crioulo e o transformando em transgênicas, o que ao contrário de promover a autonomia do agricultor os deixam mais dependente do programa estadual (LIMA, 2018).

Em Pariconha a EMATER-AL (Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas) junto à prefeitura distribuem todos os anos grãos para cultivo do milho e feijão. O órgão também implementou na cidade o programa Dom Helder Câmara que é uma iniciativa do Governo do Estado, criada em 2003, com o objetivo de promover o desenvolvimento rural sustentável e a inclusão social das comunidades rurais proporcionando assim mais recursos na agricultura familiar.

[...] esse programa possibilita as comunidades a criação de animais, eles dão um valor e você compra e cria esses animais [...] aqui algumas pessoas já fazem parte do programa [...] O valor recebido não é devolvido, mais o beneficiário precisa mostrar que investiu [...] a gente também recebe doações da EMATER, para que os nossos agricultores plantas suas roças. Todo ano recebemos com a ajuda da secretaria de agricultura (ENTREVISTADO 1, entrevista concedida em 28 de abril de 2022).

O programa foi batizado em homenagem a Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife que foi figura importante na luta pelos direitos humanos e pela justiça social no Brasil. Dentre as ações desenvolvidas pelo Programa em Alagoas, destacam-se a implementação de projetos de irrigação, a construção de sistemas de abastecimento de água conhecidas como cisternas, a capacitação de familiares em práticas agroecológicas, a melhoria das estradas rurais e a organização de feiras e eventos para a comercialização de produtos locais (GUIMARÃES, 2021).

A comunidade Sítio Rolas apesar de ter seu povoamento iniciado há muito tempo, aos poucos vem se desenvolvendo, sendo a associação a grande

responsável por esses avanços, lutando junto à população pela certificação da terra e pela introdução de políticas públicas no território.

A associação comunitária foi fundada na comunidade no ano de 2021, atualmente possui 30 famílias cadastradas, onde os membros associados por meio do voto decidem quem será seu representante legal, ou seja, quem será o presidente da associação, desde sua busca pelo reconhecimento enquanto comunidade é representada pela pessoa do Jaelson Florêncio. Seu mandato iniciou em 2021 e terá duração de quatro anos, após isso, será realizada uma nova votação, como consta da Ata de fundação a seguir:

[...] Aos dezoito dias do mês de Setembro de dois mil e vinte um, reuniram-se os abaixo assinados, doravante designados fundadores, frente à Capela de São José Operário, localizado no Sítio Rolas, nesta cidade de Pariconha-AL, com a finalidade de fundar uma associação, para fins não econômicos que se denominará ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA COMUNIDADE DESCENDENTE DE QUILOMBO. Iniciada a reunião, foi escolhido para presidi-la o sr. Jaelson Florêncio dos Santos. O mesmo falou aos presentes sobre a necessidade da oficialização de uma entidade para cuidar dos interesses da comunidade negra [...] Foi consenso à criação da nova entidade, na ocasião foi apresentada a chapa única que concorreria à eleição assim constituída: Diretor Presidente, Jaelson Florêncio dos Santos e Diretor vice-presidente Luís Florêncio dos Santos, diretor secretário, diretor vice-secretário, diretora financeira, vice-diretor tesoureiro, conselho fiscal e fiscais suplentes. Colocada em votação a chapa única foi eleita por aclamação pela unanimidade dos presentes. Em seguida o presidente eleito juntamente com a diretoria prestou o juramento e foi declarado empossado para o quadriênio 2021/2025. (Sítio Rolas, Pariconha-AL, 18 de Setembro de 2021 - ATA DA FUNDAÇÃO DA COMUNIDADE, 2021).

A associação tem por objetivo melhorar a vida da população e contribuir para o bom convívio em comunidade. Em sua formação, foram elencadas atividades a serem realizadas durante todo o ano, dentre estas, a entrega de cestas básicas, oficinas de artesanato, festival de resgate de saberes da cultura quilombola, dentre outros, como podemos observar no cronograma a baixo.

A entrega de cestas básicas na comunidade ocorre uma vez ao ano, ela desempenha um papel fundamental no fortalecimento da segurança alimentar. A distribuição promove a solidariedade e a união dentro da comunidade. As cestas são obtidas através da Fundação Cultural Palmares e distribuídas entre a população.

Embora a entrega de cestas básicas seja uma medida emergencial e não resolva o problema de forma efetiva, ela desempenha um papel significativo na promoção da igualdade e do bem-estar.

Foto 1 - entrega de cestas básicas durante a pandemia



Fonte: Welison Alves, 2021.

A entrega de cestas básicas durante a pandemia aumentou de forma exponencial no Brasil, onde a população se via reclusa em sua residência, não podendo exercer trabalho em decorrência do confinamento posto frente ao avanço da pandemia da COVID – 19. Com o aumento dos preços dos produtos essenciais ao consumo e a falta de emprego, se via necessária a distribuição de cestas básicas com mais frequência às comunidades menos favorecidas (VIDAL, 2020).

Na comunidade, as pendências e solicitações são objetos de discussão nas reuniões mensais realizadas em frente à igreja de São José Operário no centro do povoado, essas assembleias regularmente ocorrem no último sábado de cada mês.

Foto 2 - reunião da comunidade



Fonte: Welison alves, 2021.

A estrutura da comunidade é bem simples, possui uma pequena escola que se encontra fechada pela falta de alunos, necessita de um posto de saúde, de saneamento básico, dentre muitas outras.

[...] A gente já tem a certificação e pretendemos buscar o título da terra, agora precisamos de mais gente na comunidade para no futuro reabrir a escola, fazer um ensino totalmente voltado à questão quilombola [...], também precisamos de um posto de saúde [...] nos usamos o da comunidade vizinha, quem sabe a gente não consiga um nosso né!?. (ENTREVISTADO 1, entrevista concedida em 28 de abril de 2022)

A escola da comunidade permanece fechada desde 2018, para seu funcionamento é necessário um quantitativo de 25 alunos por turma, porém, por ser uma comunidade pequena, não dispõem desse quantitativo, assim, os estudantes são transferidos para a Escola Municipal de Educação Básica Sabino Romariz localizada no povoado Campinhos, comunidade vizinha, porém, o Sitio Rolas sonha com a volta do funcionamento.

A escola foi fechada no ano de 2018, as turmas eram multisseriadas, isso acontecia porque o mínimo de alunos necessários para compor turma era de 25, mas juntar alunos de diferentes fases de ensino acabava atrapalhando a qualidade, então ocorreu o fechamento [...],

ai os alunos passaram a estudar em Campinhos (ENTREVISTADO 3, entrevista concedida em 29 de abril de 2022).

O ensino em escolas quilombolas é uma modalidade diferenciada, que visa promover a cultura e a história dos povos, garantindo a inclusão social e educacional. As escolas são estruturadas para atender as especificidades das populações negras. A educação é um direito garantido pela Constituição Federal, e o governo tem o dever de promover e implementar políticas públicas que garantam o acesso a essa modalidade de ensino (CARRIL, 2017; LARCHERT, 2013).

No Brasil, a Lei 10.639/2003 estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, incluindo a história e a cultura dos quilombos. Além disso, a Lei 11.645/2008 ampliou esse ensino para incluir também a história e a cultura dos povos indígenas (BRASIL, 2009).

Em Alagoas um dos principais problemas enfrentados é a falta de acesso à educação de qualidade. Muitas comunidades quilombolas estão localizadas em áreas rurais remotas, distantes dos centros urbanos, o que dificulta o acesso às escolas e recursos educacionais adequados. As infraestruturas precárias dos prédios públicos também representam barreiras significativas para que as crianças quilombolas tenham acesso regular à escola.

Além disso, a formação e a capacitação de professores são essenciais para o sucesso da educação escolar quilombola⁷, porém, estes profissionais são insuficientes. Os professores precisam ter uma compreensão profunda da cultura, da história e das necessidades específicas das comunidades quilombolas, a fim de fornecer um ensino relevante e inclusivo, pois, a falta de formação específica nessa área muitas vezes resulta em lacunas no currículo e em abordagens pedagógicas inadequadas (DE MORAES, 2022).

Outro desafio é a falta de materiais didáticos e recursos educacionais voltados para a realidade e as experiências das comunidades de descendentes de quilombolas. É essencial que o conteúdo curricular reflita e valorize a cultura e a história, contribuindo para a construção de identidade e autoestima das crianças e

⁷ A educação quilombola é um conceito lato senso, no sentido de ser o letramento, na perspectiva freiriana, as vivências no interior da comunidade, a prática educativa que perpassa gerações, por meio da observação, do diálogo, da contação de histórias, das manifestações culturais entre outros usos e sentidos advindos do cotidiano no interior da comunidade, da raiz ancestral. A educação escolar quilombola, por sua vez, é um conceito estrito senso, está normatizada pelo Artigo 26-A da LDBEN 9394 de 1996, tem sua origem nas discussões entorno da Conferência Nacional de Educação de 2010, demanda pelas organizações do movimento negro (DOS SANTOS, 2023, p 128).

jovens. No entanto, a escassez de materiais adequados disponíveis ainda são problemas persistentes. Além dos desafios estruturais, a discriminação e o racismo também afetam negativamente a evolução da educação escolar quilombola. Muitas vezes, as crianças enfrentam estereótipos e preconceitos que as excluem e desvalorizam sua identidade. Esforços devem ser feitos para combater essas formas de discriminação e promover uma educação inclusiva e respeitosa, que reconheça e valorize a diversidade cultural e étnica do Brasil (GOMES, 2003).

Embora tenham ocorrido avanços significativos na legislação e na criação de políticas voltadas para a educação escolar quilombola, é crucial que essas medidas sejam efetivamente implementadas e acompanhadas de recursos adequados. A participação das comunidades quilombolas na elaboração e implementação de políticas educacionais é fundamental para garantir que as necessidades e aspirações dessas comunidades sejam levadas em consideração (SOARES, 2022).

Em suma, embora a educação escolar quilombola no Brasil tenha experimentado alguns avanços, ainda há muito a ser feito para garantir um acesso equitativo, uma formação de qualidade e uma valorização cultural adequada. A superação dos desafios estruturais, a luta contra a discriminação e o investimento adequado são elementos-chave para uma evolução mais significativa e positiva da educação escolar quilombola no país.

3.3 Cultura quilombola na comunidade Rolas – Pariconha, AL.

A cultura quilombola é marcada pela preservação das raízes africanas, com forte influência da música, culinária, dança, religião e linguagem dos povos originários da África. A música, os jogos tradicionais como tiro com arco e tiro com a besta, além do cordel são partes essenciais da cultura local, retratando em suas letras, referente às músicas e o cordel, a história e luta da comunidade Sítio Rolas. A culinária quilombola é muito rica em sabores e influenciada pela cultura afro-brasileiras, dispomos na comunidade Sítio Rolas pratos como a feijoada, o arroz doce e mungunzá.

A cultura quilombola é uma parte essencial da cultura brasileira, representando uma rica mistura de influências africanas, indígenas e portuguesas.

As comunidades lutam para preservar suas tradições culturais e costumes, e é importante proteger e garantir essa rica herança cultural como acontece nesta comunidade.

Anualmente a comunidade organiza sua festividade, um tradicional evento cultural, que trata não somente de cultura, como também de temáticas importantes para os moradores, no ano de 2022, por exemplo, foi ministrada palestra relacionada à aposentadoria rural, com instruções de como prosseguir junto ao INSS para dá entrada nos benefícios assistenciais.

Foto 3 - Palestra sobre aposentadoria rural



Fonte: Welison Alves, abril 2022.

Em relação à cultura, ocorreram apresentações culturais de canto, disputa de tiro com arco e flechas, mostra de artesanato e comidas típicas citadas anteriormente. Na competição de disparo com arco e flecha, foram convidados indígenas da etnia Karuazu da comunidade Campinhos, Pariconha – AL.

Foto 4 - indígenas e quilombolas recebendo medalhas



Fonte: Welison Alves, abril de 2022.

Este encontro foi marcado por muito aprendizado, houve a participação de professores da Universidade Federal de Alagoas e a presença de visitantes de outras comunidades quilombolas e indígenas.

No mês de Novembro de 2022, aconteceu uma visita da FPI/AL (Fiscalização Preventiva Integrada da bacia do rio São Francisco), os moradores apresentaram os prédios da comunidade, como a escola e uma casa de farinha que se encontram desativadas e enfatizaram a vontade de retornar sua funcionalidade novamente.

As festividades são uma ferramenta importante para fortalecer os vínculos. Esses são momentos de celebração da cultura, das tradições e da história das comunidades, permitindo que os moradores possam se reunir e se conhecer melhor, fazendo com que as gerações mais novas possam conhecer e se orgulhar de suas raízes (SANTOS, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o período colonial, da formação territorial brasileira, os negros sofrem com preconceitos e desafios em relação a vida em sociedade. Trazidos do continente africano de forma compulsória, amontoados em navios, onde 1/5 destes acabavam morrendo por falta de alimentação e por doenças decorrentes das condições submetidas, os que sobreviviam ao chegar ao Brasil eram postos ao comércio para serem utilizados como mão de obra escrava nas lavouras de monocultura da cana-de-açúcar que atendia o mercado externo.

Diante das atrocidades a qual eram submetidos, os negros começaram a organizar revoltas e constantemente buscavam fugir das fazendas. Estas eram localizadas sumariamente no litoral, e para que fugissem e posteriormente não fossem localizados, esses povos adentravam o continente e se escondiam em locais estratégicos, como em montanhas. Estes locais ficaram conhecidos como Quilombos, em Alagoas, por exemplo, se constituiu o Quilombo dos Palmares, com a guerra travada entre Portugal e Holanda por volta de 1630, os negros fugitivos passaram a ocupar a região hoje pertencente, em parte, ao município de União dos Palmares região da mata alagoana.

Palmares foi o maior Quilombo do Brasil, chegou a reunir por volta de 20 mil pessoas, estes transformaram o território e se desenvolveram como comunidade. Pelo seu tamanho, Palmares passou a ser visto como um risco para o Estado colonial, e com medo do surgimento de um Estado nacional negro os colonos iniciaram uma guerra de extrema violência, as incursões recorrentes acabaram pondo fim a esse Quilombo.

Os remanescentes de Quilombo, em partes, foram vendidos ou devolvidos a seus antigos senhores e os que conseguiram fugir adentraram um pouco mais ao território Alagoano, passando a povoar as regiões do agreste e sertão.

Com a promulgação da Lei de Terras e posterior fim da escravidão, os negros ainda viviam em situação delicada no Brasil, foi somente 100 anos depois que os Quilombos viraram pauta de políticas públicas por meio da Constituição Federal de 1988, no artigo 68 que trata sobre o reconhecimento definitivo da propriedade do território onde o quilombo se estabeleceu, sendo o estado responsável pelos respectivos títulos.

Vale destacar que o processo de titulação de terras para as comunidades quilombolas é lento, visto que, em Alagoas, existem por volta de 70 comunidades quilombolas, dentre estas, somente uma possui titulação. Desse modo as comunidades que já possuem um histórico de luta para garantir seu lugar na sociedade brasileira, passa mais uma vez a exercer a função. É por meio de associações representativas que os grupos de descendentes de Quilombo lutam para obter ônus de título de seus territórios.

Por meio destas associações as comunidades se reúnem para buscar melhorias a seu território, como no caso da comunidade Sítio Rolas, que não só sonha com o título da terra, mas também com a volta do funcionamento da escola, com a instalação de um posto de saúde na comunidade, com melhorias de infraestrutura, como pavimentação das estradas, ou seja, as associações emergem como uma forma das comunidades garantirem seus direitos frente as adversidades.

As associações contribuem na luta para garantia de direitos territoriais, incentivam a produção rural dos trabalhadores agrícolas, contribuem com o meio social, com a distribuição de cestas básicas, auxilia preservação da cultura, com a promoção de festejos, de palestras, cursos, jogos dentre outras ações. Portanto, para que haja desenvolvimento, a comunidade precisa se reunir, conhecer seus direitos, desempenhando um papel de promoção e participação cívica incentivando a colaboração para alcançar os objetivos comuns que beneficiam a todos.

REFERÊNCIAS:

ALAGOAS. Projeto de Lei Ordinária nº 167/2019. **Altera a Lei Estadual nº 6.558, de 30 de dezembro de 2004, que instituiu o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – FECOEP, para instituir uma data limite para a distribuição de sementes adquiridas com recursos do FECOEP.** Disponível em: <https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2019/5372/protocolo_20190917_151301.pdf>. Acesso em: 17 de maio 2023.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Breno de. **Quilombos e as Novas Etnias.** Manaus: UEA Edições, 2002.

ARRUTI, José Maurício. **“Quilombos”.** In: **Osmundo Pinho (org.), Raça: Perspectivas Antropológicas.** Salvador: ABA / Ed. Unicamp / EDUFBA, 2008.

BOXER, C. R. **Os Holandeses no Brasil (1624-1654).** São Paulo: Nacional, 1961.

BEZERRA, Analucia Sulina. As Associações Comunitárias de Quilombos: políticas públicas e participação política. In: **CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA.** 2014.

BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC/Secad, 2009.

_____. **DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003.** Casa civil. Brasília, 20 de novembro de 2003; 182o da Independência e 115o da República.

CABRAL, Gustavo César Machado. **"Os senhorios na América Portuguesa: o sistema de capitanias hereditárias ea prática da jurisdição senhorial (séculos XVI a XVIII)."** Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas 52.1 (2015): 65-86.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **O Trabalho na Colônia.** In. LINHARES, MY (Org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

CARDOSO, João Luís. **O povoado pré-histórico de Leceia (Lisboa, Portugal): nota prévia sobre a colecção de Alvaro de Brée.** Boletim da Sociedade Geológica de Portugal, v. 21, p. 265-273, 1979.

CARNEIRO, Edison. **O quilombo dos Palmares.** Brasileira, 1958.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação,** v. 22, p. 539-564, 2017.

CASAGRANDE, Solange et al. **A ASSOCIAÇÃO ACQUICAMBARÁ COMO INSTRUMENTO DE LUTAS E CONQUISTAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CAMBARÁ-RS**, 2011.

CONAQ -Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas-. Manifesto pelos Direitos Quilombolas. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berto de, et al. (Orgs). **Territórios Quilombolas e Conflitos**. Caderno de Debates Nova Cartografia Social. Vol 1, No. 2. Manaus: UEA Edições, 2010, pp. 268-290.

_____. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras e Rurais Quilombolas e Terra de Direitos. **Racismo e violência contra quilombos no Brasil**, Curitiba: Terra de Direitos, 2018.

CROMWELL, Christopher HILL, O. **Eleito de Deus—Oliver. A Revolução Inglesa**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990

DOS SANTOS, Silvia Gêssica da Conceição; DOS SANTOS, Mônica Regina Nascimento. EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: DESAFIANDO O ENSINO REGULAR. **Revista Em Favor de Igualdade Racial**, v. 6, n. 1, p. 121-135, 2023.

MARCHI, Julia de; PINHEIRO, Daniel Moraes; PAGANI, Camila. O papel das Associações Comunitárias na promoção da confiança do cidadão em instituições públicas. **Administração Pública e Gestão Social**, 2021.

MORAES, Nelson Russo de; CRUZ SOUZA, Fernando da. Etnoeducação e educação básica diferenciada para povos indígenas e comunidades quilombolas no Brasil: um desafio para a promoção do etnodesenvolvimento. **Educação**, p. e106/1-40, 2022.

LEITE , Maria Jorge dos Santos. **Tráfico atlântico, escravidão e resistência no Brasil**. Sankofa (São Paulo), v. 10, n. 19, p. 64-82, 2017.

SANTOS, Maria Walburga dos. Festas quilombolas: Entre a tradição e o sagrado, matizes da ancestralidade africana. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 13, n. 50, p. 286-300, 2013.

FERREIRA, Maria Ester. **Território, poder e as múltiplas territorialidades nas terras indígenas e de pretos**. Aracaju, SE. 2010.

GUIMARÃES, Michelle Diogo; LIMA, Conceição Maria Dias de. **Extensão rural e desenvolvimento local: o projeto Dom Helder Câmara e a ovinocultura do Sertão de Alagoas**. 2021.

HAESBAERT, Rogério. **"Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade."** Porto Alegre (2004).

IBGE. Brasil Contra Covid-19, IBGE antecipa dados sobre indígenas e quilombolas. Disponível em: >> https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia_noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27487-contracovid-19-ibge-antecipa-dados-sobre-indigenas-e

MOURA, Glória. **Navio Negreiro-Batuque no Quilombo**. CNNCT. São Paulo, 1996

MUNANGA_. **Origem e histórico do quilombo na África**. Revista usp, n. 28, p. 56-63, 1996.

O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. Editora Companhia das Letras, 2011.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (orgs), **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REZENDE, Simone da Silva. A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola revista nera - ano 14 nº. 19 - julho/dezembro de 2011 - issn: 1806-6755.

ROCHA, Gabriela Freitas. **A territorialidade quilombola ressignificando o território brasileiro: uma análise interdisciplinar**. In: Revista CAAP. Belo Horizonte, Jul- Dez 2009.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro**. 2008.

SANTOS, Flávio dos. **Resistência para um modo de existência: luta camponesa em defesa das sementes crioulas no semiárido alagoano**. 2020.

SANTOS, Rosselvelt José. **As Festas, as relações sociais e os vínculos territoriais na comunidade quilombola João Borges Vieira-Uruacu-GO. Para Onde!?**, v. 12, n. 1, p. 121-129, 2019.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. **Territorialidade e identidade**. Caderno Prudentino de Geografia - ISSN: 2176-5774 Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Local Presidente Prudente/SP Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, CEP: 19.060-900 Presidente Prudente, São Paulo, 2007.

SCHWARTZ, Stuart B. **Os Segredos internos : engenhos e a sociedade colonial, 1550-1835** | Stuart B. Schwartz ; tradução Laura Teixeira Motta. - São Paulo : Companhia das Letras, 1988.

SENADO, agência. Há 170 anos, Lei de Terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios . Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivos/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios> acesso em: 11 de julho de 2022.

SILVA, Wanubya Maria Menezes da et al. Territorialidades do uso da água ao longo do Canal do Sertão em Alagoas. 2016.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 2006.

SILVA, José Bezerra da; ROCHA, Max Silva da. Um estudo sobre a educação escolar Quilombola no Estado de Alagoas. Volume 1, Número 3 (set./dez. 2016)

SILVEIRA, Aline da Fonseca Sá de. **A Identidade Quilombola e o Processo de Reconhecimento de Terras**. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. A IDENTIDADE QUILOMBOLA E O PROCESSO DE RECONHECIMENTO DE TERRAS, 2012.

SILVEIRA, Oliveira. **Como surgiu o 20 de Novembro**. Thoth, n. 3, 1997.

SOARES, Ana Lise Barbosa. **Gestão escolar em comunidades quilombola, indígena e do campo**. 2022.

VIDAL, Antônio Ricardo de Norões. **Cesta básica do Nordeste teve alta de 3, 48% em abril de 2020**. 2020.

VIEIRA, L. L et al. **A futura oferta de água pelo canal do sertão alagoano**. Anais do IX simpósio de recursos hídricos do nordeste. 2010.

VIEIRA, Jorge Luiz Gonzaga et al. **Quilombolas em alagoas: as raízes africanas e o direito à demarcação dos territórios**. Refletindo o Direito, n. 1, 2013.

WAUTIER. A. M. **A construção identitária e o trabalho nas organizações associativas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA PESQUISA DE CAMPO NA COMUNIDADE SÍTIO ROLAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS -UFAL

CAMPUS DO SERTÃO-DELMIRO GOUVEIA

GEOGRAFIA LICENCIATURA

QUESTIONÁRIO

Público alvo: comunidade de remanescentes de quilombo sítio rolas.

Nome:

idade:

Sexo:

escolaridade:

Questionário:

- 1- Como surgiu a comunidade sitio rolas?
- 2- Quais as práticas culturais presentes na comunidade?
- 3- Existe agricultura? O que é produzido? Para onde vai?
- 4- Há uso da agua do canal do sertão?
- 5- Quais as principais dificuldades enfrentadas pela comunidade?
- 6- Porque se formou uma associação dentro da comunidade?

ANEXOS



**PLANO DE TRABALHO ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA
COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO SÍTIO ROLAS- PARICONHA,
ALAGOAS**

PARICONHA, 2022

Apresentação

A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA COMUNIDADE DESENDEANTE DE QUILOMBO – SITIO ROLAS, fundada em 02 de JULHO de 2021, é uma entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos e com tempo indeterminado, estabelecida no quilombo SITIO ROLAS, zona rural do município de PARICONHA-/AL, e foro na comarca deste município, regendo-se pelo presente estatuto, cuja elaboração atende aos princípios inseridos nas Leis do Estado Brasileiro.

Sendo assim, o seguinte Plano de Trabalho tem por objetivo apresentar as atividades que serão realizadas pela Associação do Quilombo de Sitio Rolas expondo justificativa, o objetivo geral e específicos, público alvo, metodologia, recursos financeiros, recursos humanos, recursos materiais, metas, cronograma de atividades, parcerias e articulações, e monitoramento e avaliação.

Justificativa:

A comunidade Sitio Rolas por ser uma comunidade afro descendente tem sofrido discriminação durante séculos. O regime escravocrata implantado no Brasil desde a colonização foi determinante para esta discriminação. Até hoje não existe no país uma política pública sólida que valorize as entidades culturais dos negros.

Nos últimos anos, foram sendo implantadas algumas ações que buscam priorizar e apoiar as culturas negras. Entre outras, se destaca os editais que pontuam iniciativas implantadas em regiões de remanescente de quilombo e os protocolos de intenções celebrados entre ministério. Estados e Municípios que incentivam a criação de organismo culturais e apontam para a proteção, salva guarda e promoção dessas culturas nas diversas regiões do país.

E é justamente a busca pela efetivação dos direitos de cada criança e cada jovem, adolescente, adultos e idosos que a entidade busca apoio para promover a igualdade na diversidade e a disseminação de ações culturais afirmativa para o desenvolvimento e preservação de sua origem e cultura, desse modo levantado a autoestima dos jovens.

A Associação, direta ou indiretamente, buscará incentivar, desenvolver e realizar, dentro e fora da sua sede, atividades compatíveis com os seus fins estatutários e, para tanto, tem poderes para criar e coordenar toda a região municipal e, através da mobilização e parcerias com entidades governamentais e não governamentais nacionais e internacionais.

No desenvolvimento de suas atividades e na prestação de serviços permanentes, a Associação não fará discriminação de cor, raça, sexo, nacionalidade, profissão, idade, credo religioso e convicção política, orientando-se independentemente de partidos políticos e de órgãos governamentais.

Objetivo geral:

Fornecer melhorias nas condições e meios de vida tanto das populações quilombolas quanto das populações em risco social, promovendo a inclusão social, econômica e cultural,

dos grupos étnicos em nossa sociedade, através de estudos, pesquisas, mobilizações, diagnósticos, projetos, convênios, programas e qualquer atividade compatível com os fins estatutários.

Objetivo específicos:

- Incentivar o desenvolvimento sustentável e a inclusão étnica social dos quilombolas e da população de risco social;
 - Fomentar e apoiar a elaboração de projetos de autos sustentação das populações quilombolas e em risco social com ajuda de técnicos, organizações governamentais e outros, visando o potencial econômico e cultural local;
 - Fazer a gestão de projetos, parcerias e convênios realizados, no sentido de se ter melhorias, ampliações e/ou aberturas de serviços de atenção básica;
 - Incentivar e apoiar a Comunidade na elaboração e implementação de projetos e ações de planos e manejos sustentáveis dos recursos naturais;
 - Articular o apoio à Comunidade na agregação do valor aos produtos e serviços com ênfase no valor étnico cultural;
 - Desenvolver metodologias e projetos para o desenvolvimento étnico dos Quilombolas e das populações em risco social, em consonância com as especificidades históricas e contemporâneas;
 - Estabelecer a interlocução da Comunidade Quilombolas e Populações em risco social com os seus Parceiros, através de diálogo aberto, colaboração e participação nas ações a serem realizadas;
 - Fomentar e contribuir para execução das ações de implementação do Decreto 4.887/03, que trata da regulamentação das terras da comunidade de remanescentes de quilombo;
 - Fomentar as ações que contribuem para a criação de políticas públicas voltadas para as populações quilombolas e em risco social;
 - Apoiar as ações de valorização, de resgate da memória cultural brasileira, de promoção da arte e cultura, de defesa e de conservação do patrimônio histórico, artístico e cultural;
 - Resgatar a cultura popular e local, preservando os costumes das populações com artesanato, danças, manifestações culturais, literatura de cordel, teatro, artes plásticas, culinária típica, festejos em geral;
- Elaborar e executar projetos e programas que buscam a igualdade de gênero, raça e etnia na política nacional de assistência técnica e extensão rural;
- Articular o apoio das comunidades para a diversificação das atividades produtivas de base cultural buscando o incentivo à geração de emprego, à fonte de novas rendas e à valorização da produção local;

- Promover e executar eventos, cursos, seminários, simpósios, encontros, debates, oficinas, relacionados aos usos, costumes e tradições da diversidade cultural brasileira, promovendo a arte, a cultura e o conhecimento técnico e específico;
- Apoiar e valorizar as pratica de preservação cultural, material e imaterial;
- Implementar, desenvolver e executar ações, programas e projetos de resgate da memória lúdica e esportiva das danças, das lutas da população afrodescendente e das populações em risco social;
- Buscar a implementação e execução de ações, programas e projetos de infraestrutura de esporte e de lazer, dentro e fora das unidades educacionais, envolvendo a população quilombola e a população em risco social, encontrando espaços para práticas de esportes e atividades lúdicas;
- Fomentar e apoiar a execução de eventos de esportes, lazer e cultura (desfiles, festivais de dança, lutas, jogos populares, torneios, campeonatos locais, festas comemorativas, datas festivas e etc.);
- Realizar parcerias, articulações e intercâmbios com instituições e entidades científicas de ensino e de desenvolvimento social, nacionais e internacionais, como também, buscar o desenvolvimento de alternativas, tecnologias, estudos, pesquisas, diagnósticos, mapas sociais, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos científicos;
- Realizar parcerias e convênios com instituições filantrópicas, governamentais e não governamentais, em nível municipal, estadual, nacional e internacional;
- Promover eventos e concursos de redação, artigos de fotografias e outros tipos de expressão cultural, estimulando as pesquisas históricas, sociais, étnicas e culturais de Alagoas e do Brasil, com o objetivo de divulgação e valorização da produção infanto juvenil ao ensino fundamental e médio nos Quilombos e nas populações em risco social;
- Buscar e incentivar a Capacitação de Agentes e Gestores para o desenvolvimento de ações e projetos que atendam às finalidades desse Estatuto;
- Desenvolver e executar projetos de desenvolvimento sustentável, de preservação do meio ambiente, de inclusão sociocultural, de esporte e lazer, de redução de pobreza, de geração de emprego e renda;
- Apoiar e fomentar a produção científica acerca da cultura, sociedade, cotidiano e história dos Quilombos e das Populações em risco social;
- Apoiar e fomentar a capacitação e treinamentos de Agentes Culturais, Gestores Sociais e Empreendedores, voltados à difusão da Comunidade no que se refere à história do negro no Brasil, história da África, Cultura brasileira e demais aspectos da participação do negro no processo da formação do Brasil;

– Desenvolver e executar projetos de desenvolvimento sustentável, agricultura familiar, saúde, educação, meio ambiente, esporte e lazer, habitação popular para as comunidades quilombolas e populações sociais de risco;

Público-alvo: Todos os moradores da comunidade Quilombola Sitio Rolas e de risco social

Metodologia:

A metodologia se dará através de reuniões com os membros da Associação, por meio de relatórios anuais das ações executadas de acordo cronograma, das avaliações junto a comunidade e com os parceiros de cada programa ou projeto.

Recursos financeiros:

SEM FINS LUCRATIVO

Recursos materiais:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
01	CADEIRAS FIXAS	0
02	CADEIRAS BRANCAS	0
03	BIRÔ	0
04	ARMÁRIO BAIXO	0
05	COMPUTADOR COMPLETO	0
06	MESA ESCOLAR	0

Recursos humanos:

01 Diretor Presidente
01 Vice-diretor
01 Secretário
01 Vice-secretário
01 Tesoureiro
01 Vice tesoureiro
01 Conselho Fiscal com 06(seis) membros

Metas:

METAS ANUAIS	ATENDIMENTOS/INDIVÍDUOS	AÇÕES
39	39	3

Cronograma de atividades:

ATIVIDADES	JA N	FE V	MA R	AB R	MA I	JU N	JU L	AG O	SE T	OU T	NO V	DE Z
Entrega de cesta de alimentos	x			x							x	
Oficina de dança afro		X	x	x				x	x	x	x	
Oficina de capoeira								x	x	x	x	
Dia dos pais, e dias mãe					x			x				
Oficinas de artesanato (sábado e domingo) e apresentação	x	X	x	x	X	X	x	x	x	x	x	
Comemoração do dia das crianças										x		
Festival de resgate e saberes da cultura quilombola											x	
Comemoração de Padroeira				x	x							
Mobilização da comunidade para o recadastramento do Programa Bolsa Família		x										
Avaliação	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Parcerias:

- CONAB/MDS
- Fundação Palmares
- Prefeitura de Pariconha -AL
- SIDICATO RURAL
- UNEAL
- UFAL
- Governo do Estado
- Coordenação estadual das comunidades de Quilombo – AS DANDARAS

Projetos e Programas

Agricultura – incentivamos a continuidade da cultura do milho, feijão, mandioca e batata doce, para que as mulheres que já fizeram cursos de capacitação tenham matéria prima na própria dentro da comunidade e que a economia cresça tanto no campo como na produção de alimentos, criando oportunidade para obtenção da renda familiar dos quilombolas.

Cursos – além de buscar curso profissionalizantes para as mulheres e adolescentes da comunidade junto a prefeitura através das diversas secretarias.

Esporte – no esporte jogo aos domingos,

Saúde - junto com a Unidade de Saúde trabalhamos a saúde da população negra isso é feito desde que iniciou a Associação a busca de inserção da comunidade no Programa Nacional de habitação Rural - PNHR, para beneficiar 10 famílias que moram em casa de taipa e cedidas para as que estão em outras localidades, com objetivo de trazê-las para seu local de origem através da construção de novas residências.

Cultura – festival de resgate da cultura e saberes quilombola evento que busca impulsionar a cultura da comunidade, iniciou em 2016 com objetivo de elevar a autoestima dos jovens por intermédio da realização do evento divulgando, mostrando sua origem e cultura trazendo e envolvendo os jovens para as manifestações vividas por seus antepassados, bem como facilitar o intercâmbio entre comunidades descendentes bela de quilombos. Trazendo os jovens para se apresentarem e reviver o passado e o resgate da comunidade nas suas manifestações com capoeira, leilão comunitário, desfile das mais mulheres negras, vestes e acessórios, comidas típicas.

Monitoramento e avaliação:

O monitoramento consiste no acompanhamento das atividades realizadas provendo apoio nos casos que se fizer necessário e promovendo reuniões periódicas, acompanhando os resultados.

NOSSO QUILOMBO, NOSSA MEMÓRIA



Em meados do século XIX, precisamente no ano de 1870, chega ao município de Mata Grande, vindo do município dos Currais dos Bois – Bahia, a jovem negra Ubalda Maria da Conceição. Segundo relatos da mesma aos seus filhos e netos, ela trabalhou como escrava para a família Teixeira, que foram os fundadores da extinta comunidade Campinhos de baixo.

Com o fim do período escravocrata, Ubalda casou-se com João Florêncio e tiveram seis filhos que se chamam Manoel, José, Posidônio, Siriaco, Maria e Cesária. Ubalda e João tinham o hábito de usar roupas brancas para irem às missas ou quando iam à cidade, e por isso eram chamados de “casal de rolinhas”, e a partir daí surgiu a denominação do casal como os rolas.

Assim surgiu a nossa comunidade Rollas, uma comunidade descendente de pessoas que foram escravizadas.

DOCUMENTO LIDO TODOS OS ANOS EM EVENTOS NA COMUNIDADE
(Arquivo pessoal dos moradores anciãos)

Comunidades Quilombolas Certificadas - ALAGOAS

Relação das comunidades quilombolas situadas no Estado de Alagoas com certificação oficial dada pela Fundação Cultural Palmares.

Nº	MUNICÍPIO	COMUNIDADES	SITUAÇÃO	Nº DE FAMÍLIAS
01	Água Branca	Lagoa das Pedras	Certificada em 19/11/2009	50
02	Água Branca	Barro Preto	Idem	50
03	Água Branca	Serra das Viúvas	Idem	50
04	Água Branca	Cal	Certificada em 27/12/2010	50
05	Água Branca	Pov. Moreira de Baixo	Certificada em 02/02/2015	120
06	Anadia	Jaqueira	Idem	35
07	Arapiraca	Carrasco	Certificada em 13/03/2007	290
08	Arapiraca	Pau D'arco	Certificada em 07/02/2007	510
09	Batalha	Cajá dos Negros	Certificada em 19/04/2005	86
10	Belém	Serra dos Bangas	Certificada em 03/07/2014	80
11	Cacimbinhas	Guaximim	Certificada em 13/12/2006	90
12	Canapí	Mundumbi	Certificada em 27/12/2010	64
13	Canapí	Sítio Alto de Negras	Idem	60
14	Canapí	Tupete	II	73
15	Carneiro	Sítio Lagoa do Algodão	II	50
16	Delmiro Gouveia	Povoado da Cruz	Certificada em 19/04/2005	72
17	Igreja Nova	Sapé	Certificada em 19/11/2009	100
18	Igreja Nova	Palmeira dos Negros	Certificada em 08/06/2005	220
19	Igaci	Sítio Serra Verde	Certificada em 27/12/2010	200
20	Japaratinga	Macuca	Certificada em 19/11/2009	27
21	Jacaré dos Homens	Alto da Madeira	Idem	45
22	Jacaré dos Homens	Povoado Porção	Certificada em 27/12/2010	30
23	Jacaré dos Homens	Povoado Baixa	Idem	77
24	Jacaré dos Homens	Povoado Ribeiras	Certificada em 07/02/2011	30
25	Monteirópolis	Paus Pretos	Certificada em 25/05/2005	200
26	Major Isidoro	Puxinanã	Certificada em 13/12/2006	62
27	Olho D'Água das Flores	Aguazinha	Certificada em 19/11/2009	30
28	Olho D'Água das Flores	Guarani	Idem	45
29	Olho D'Água das Flores	Gameleiro	Certificada em 10/04/2008	65
30	Olho D'Água do Casado	Alto da Boa Vista	Certificada em 07/04/2015	85
31	Pariconha	Burnio	Certificada em 19/11/2009	50
32	Pariconha	Melancias	27/12/2010	30
33	Pariconha	Malhada Vermelha	Certificada em 19/11/2009	15
34	Passo do Camaragibe	Bom Despacho	Idem	208
35	Passo do Camaragibe	Perpétua	Certificada em 27/12/2010	28
36	Piranhas	Sítio Laje	Idem	30
37	Piaçabuçu	Pixaim	Certificada em 19/11/2009	25
38	Pão de Açúcar	Chifre do Bode	Certificada em 28/07/2006	66
39	Pão de Açúcar	Poço do Sal	Certificada em 28/07/2006	37
40	Penedo	Tabuleiro dos Negros	Certificada em 01/03/2007	425
41	Penedo	Oiteiro	Certificada em 13/12/2006	160

42	Poço das Trincheiras	Jorge	Certificada em 08/06/2005	125
43	Poço das Trincheiras	Alto do Tamanduá	Certificada em 19/04/2005	300
44	Poço das Trincheiras	Jacu	Certificada em 19/04/2005	85
45	Poço das Trincheiras	Mocó	Certificada em 19/04/2005	80
46	Palmeira dos Índios	Povoado Tabacaria	Certificada em 30/09/2005	92
47	Palestina	Vila Santo Antônio	Certificada em 05/05/2009	300
48	Palestina	Santa Filomena	19/11/2009	40
49	Santa Luzia do Norte	Quilombo	Certificada em 19/04/2005	350
50	Santana do Mundaú	Filús	Certificada em 28/07/2006	40
51	Santana do Mundaú	Jussarinha	Certificada em 19/11/2009	34
52	Santana do Mundaú	Mariana	Idem	35
53	São José da Tapera	Caboclo	Idem	50
54	São José da Tapera	Cacimba do Barro	Idem	35
55	Senador Rui Palmeira	Serrinha dos Cocos	Idem	25
56	Taquarana	Mameluco	Certificada em 13/12/2006	160
57	Taquarana	Lagoa do Coxo	Certificada em 27/12/2010	35
58	Taquarana	Poços do Lunga	Certificada em 07/06/2006	65
59	Taquarana	Passagem do Vigário	Certificada em 19/11/2009	170
60	Teotônio Vilela	Abobreiras	Idem	30
61	Teotônio Vilela	Birrus	Idem	32
62	Traipu	Belo Horizonte	Idem	60
63	Traipu	Uruçu	Idem	50
64	Traipu	Mumbaça	Certificada em 27/12/2010	401
65	Traipu	Lagoa do Tabuleiro	Idem	30
66	Viçosa	Gurgumba	Idem	25
67	Viçosa	Sabalangá	Idem	100
68	União dos Palmares	Muquém	Certificada em 19/04/2005	120
69	Água Branca	Sítio Queimadas	Certificada em 25/07/2018	xxx
70	Mata Grande	Saco dos Mirandas	Certificada em 12/05/2020	xxx
71	Pariconha	Sítio Rolas	Certificada em 11/08/2021	xxx

COMUNIDADES EM ESTUDO

Nº	MUNICÍPIO	COMUNIDADES	SITUAÇÃO	Nº DE FAMÍLIAS
1	Senador Rui Palmeira	Lajeiro Bonito	Em estudo	20